Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

CONSIDERAÇÕES TEOLÓGICO-FILOSÓFICAS SOBRE O ABORTO

THEOLOGICAL-PHILOSOPHICAL CONSIDERATIONS ABOUT ABORTION

Renan Pires Maia[1]

RESUMO - O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações acerca da problemática do aborto a partir dos prismas da teologia e da filosofia cristãs, considerações estas que visam, em primeiro lugar, demonstrar as bases bíblicas e eclesiásticas da valorização da vida e do pressuposto de que a vida humana começa já na concepção; e, em segundo lugar, de enumerar alguns argumentos filosóficos – tomando como referência Santo Agostinho, Santo Tomás e Kant – que dariam suporte a uma negação incondicional do aborto, partindo do pressuposto, compartilhado dentro da cosmovisão cristã, de que a vida começa já na concepção. Tais argumentos vão na linha de que existe uma hierarquia na ordem dos seres e que a vida humana – incluindo aí a vida que está sendo gestada – possui um valor absoluto, acima das demais coisas de nossa realidade, e que não pode ser mensurado a partir de quaisquer condições ou elementos empíricos ou materiais.

Palavras-chave: Teologia. Filosofia. Aborto.

ABSTRACT - The present work has as objective to do some considerations concerning the problem of the abortion from the perspectives of christian theology and philosophy, considerations that has the goal of, in first place, to demonstrate the biblical and ecclesiastic basis of the appreciation of life and the premise that the human life begins already in conception; and, in second place, of enumerate some philosophic arguments – taking as reference Saint Augustine, Saint Thomas and Kant – that would give support to a unconditional negation of the abortion, considering the premise, shared inside a christian worldview, that life begins already in conception. Such arguments go on the line that there is a hierarchy in the order of the beings and that the human life – including life that is being gestated – has an absolute value, above others in our reality, and that cannot be measured considering material or empirical elements or conditions.

---

[1] Mestre e doutorando em filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em psicologia na mesma instituição, e professor na Faculdade Santíssima Trindade (FAST), em Nazaré da Mata – PE. E-mail: renanpmaia@gmail.com.

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

Keywords: Theology. Philosophy. Abortion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a questão do aborto a partir de um olhar que toma como base de análise a teologia e a filosofia cristãs, no sentido de demonstrar como a teologia e filosofia cristãs dão suporte para a sustentação de uma visão contrária ao aborto. A teologia e a filosofia cristãs são amplas e constituídas pelas contribuições dos mais diversos pensadores de vários séculos, de modo que seria inviável a pretensão de fazer uma análise exaustiva do que todos ou vários pensadores falam e que poderia nos servir para nossas considerações. Não obstante, tomaremos como base de nossas reflexões além de uma visão panorâmica da doutrina cristã alguns pensadores inseridos entre seus maiores representantes tanto na área da teologia quanto da filosofia: Santo Agostinho e Santo Tomás.

Também tomaremos como base de nossas considerações a própria doutrina da Igreja – utilizando como referência a *Bíblia* e escritos como o *Catecismo da Igreja Católica* e o *Código de direito canônico* – e filósofos como Kant que, a despeito de não estar comprometido com uma causa especificamente religiosa, como Santo Agostinho e Santo Tomás o estavam, possuía, a despeito disso, uma filosofia ética compatível com uma cosmovisão cristã. Ressalte-se ainda que, naturalmente, nenhum destes pensadores citados trata de questões como o aborto senão de forma secundária, incluso apresentando visões consideradas ultrapassadas pela Igreja atual. Todavia, podemos dizer que há neles conceitos metafísicos e éticos ainda pertinentes e que nos podem servir de base para a análise destas questões atuais, e que têm, de fato, norteado o modo como a cristandade se porta frente às questões que estão no centro das presentes discussões.

O objetivo aqui colocado se justifica por duas razões: a primeira, pela significância da discussão acerca das questões de bioética – como a questão do aborto e da eutanásia – dentro de nossa sociedade contemporânea, discussão esta que perpassa os mais diferentes níveis sociais – o científico, o ético, o político, o religioso etc. A segunda razão, que por seu turno justifica o prisma através do qual analisamos tais questões – o teológico-filosófico cristão -, é a de que nos é perceptível que, no âmbito desta discussão, a religião – e, mais especificamente, a religião cristã, que constitui a base religiosa majoritária de nossa cultura ocidental – se vê sempre implicada, não raro

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

assumindo o papel de porta-voz daquele setor da sociedade que se coloca como contrário às práticas do aborto, da eutanásia, entre outras.

Dito isto, abordaremos o tema do aborto dentro de uma perspectiva cristã em duas partes: a primeira, de cunho mais teológico, mostrando as bases cristãs da valorização da vida na *Bíblia* e em outros documentos, como a *Didaché,* o *Catecismo da Igreja Católica* e o *Código de direito canônico*; e, na segunda parte, mais filosófica, trataremos de mostrar como a negativa cristã ao aborto se funda numa ética que toma como base a ideia de respeito a uma hierarquia existente na ordem da criação, na qual a vida humana se encontra em posição privilegiada, não podendo ser, portanto, menos valorizada do que elementos e condições materiais, que estariam numa posição inferior na ordem da criação, mas possuindo um valor absoluto, sendo também fim em si mesmo. Esta segunda parte se desenvolverá fazendo-se um panorama do delineamento da ideia de hierarquia dos seres na filosofia cristã, na qual o ser humano ocupa uma posição privilegiada, e, em segundo lugar, demonstrando como o mal moral nasce, numa perspectiva cristã – tomando como referência Santo Agostinho e articulando-o com Kant – de uma inversão na ordem da criação, onde criaturas e coisas inferiores são preferidas às superiores, situação em que se enquadraria o aborto, no qual a vida humana é eliminada em função de outros elementos de menor importância.

A DEFESA DA VIDA E O ABORTO NA DOUTRINA CRISTÃ

Quando falamos em aborto, falamos, inequivocamente, em defesa da vida humana. A doutrina cristã sempre esteve, de forma implícita e explícita, relacionada com a ideia de defesa da vida, em qualquer momento ou instância em que se possa considerá-la. Tal visão se fundamenta no mandamento de não matar – "Não matarás" (*Êxodo* 20,13), o qual, só admitiria exceções em casos de pena de morte, como vemos na epístola paulina aos *Romanos* 13,1-4, que fala do poder secular de punir e castigar através da espada quem pratica o mal. Esta defesa da vida, em todo caso, nos é patente, sobretudo, se tomamos a cultura de raiz judaico-cristã em comparação com as outras no meio das quais ela mesma se desenvolveu. Podemos exemplificar isso, por exemplo, com a própria questão da escravidão, que não deixa de ser um problema que diz respeito ao aspecto de valorização/desvalorização da vida humana.

É verdade que na cultura judaica veterotestamentária a escravidão era legitimada, e que também o foi por muitos séculos no seio de nossa própria sociedade cristã. Mas, ainda que assim o seja, podemos ver que a *Bíblia* possui algumas passagens

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

que demonstram que, mesmo num mundo escravocrata, o povo hebreu distinguia-se dos demais por ter como preceito tratar bem seus servos e escravos, posto que os hebreus também tinham sido, outrora, escravos na terra do Egito (*vide*: Dt 15,12-18).[2] Passando do *Antigo Testamento* para o *Novo Testamento*, temos a ideia de que os escravos, ao invés de serem considerados seres sem almas, impassíveis de serem salvos, são citados nas *Sagradas Escrituras* como "servos de Cristo, que põem a alma em atender à vontade de Deus" (Ef 6,5-6). Há, além disso, condenações formais do clero à escravidão, mesmo em períodos em que esta estava em alta, como vemos na bula *Veritas ipsa*, do Papa Paulo III, escrita em 1537 (PAULO III, 2017)[3], e no *Sermão XXVII* do Pe. Antônio Vieira.[4]

No tocante à vida de bebês, temos que o povo israelita vivia circundado por povos em cujos costumes estava aquele de sacrificar seus filhos ao deus Moloc. Por causa disso temos na *Bíblia* proibições categóricas à prática de matar os filhos em sacrifício, como em *Deuteronômio* 18,10, que diz: "Que em teu meio não se encontre alguém que queime seu filho ou sua filha". Tal prática de queimar os filhos em

---

[2] Diga-se ainda, de passagem, que a escravidão bíblica em muitos casos não era definitiva, sendo muitos escravos libertados depois de um período de sete anos, conforme a passagem mencionada.

[3] "Nós outros, pois, que ainda que indignos, temos às vezes de Deus na terra, e procuramos com todas as forças achar suas ovelhas, que andam perdidas fora de seu rebanho, para reduzi-las a ele, pois este é nosso oficio; conhecendo que aqueles mesmos Índios, como verdadeiros homens, não somente são capazes da Fé de Cristo, senão que acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão, segundo nos consta: e querendo prover nestas cousas de remédio conveniente, com autoridade Apostólica, pelo teor das presentes letras, determinamos, e declaramos, que os ditos Índios, e todas as mais gentes que daqui em diante vierem à noticia dos Cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos a servidão. Declarando que os ditos índios, e as demais gentes, hão de ser atraídos e convidados à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina e com o exemplo de boa vida." (PAULO III, 2017).

[4] "Sabei pois, todos os que sois chamados Escravos, que não é escravo tudo o que sois. Todo homem é composto de corpo e alma; mas o que é, e se chama Escravo, não é todo o homem, senão só a metade dele. Até os Gentios, que tinham pouco conhecimento das Almas, conheceram esta verdade e fizeram esta distinção. [...] Só o corpo do Escravo (diz o grande Filósofo) é o que deu a fortuna ao Senhor: este comprou, e ele é o que pôde vender. E nota sapientissimamente que o domínio que tem sobre o corpo não lho deu a natureza, senão a fortuna: Quod domino fortuna tradidit; porque a natureza, como Mãe, desde o Rei ao Escravo, a todos fez iguais, a todos livres"" (VIEIRA, 1944, p. 396).

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

sacrifício era severamente punida, conforme *Levítico* 20,2-5: "Dirás aos israelitas: Todo filho de Israel, ou estrangeiro que habita em Israel, que der um de seus filhos a Molec, será morto". A despeito destas proibições, vemos que tal costume se infiltrava na cultura dos israelitas, como se depreende do que se lê em *Jeremias* 7,31: "Construíram lugares altos de Tofet no vale de Ben-Enon, para queimar os seus filhos e as suas filhas", o que, todavia, era coibido por reis mais fiéis aos costumes dos seus antepassados, como vemos em *2 Reis* 23,10: "O rei profanou o Tofet do vale de Ben-Enon, para que ninguém mais pudesse passar pelo fogo seu filho ou sua filha em honra de Moloc".

O sacrifício dos filhos dos povos vizinhos poderia ser entendido como análogo à prática do aborto. Existe o óbvio diferencial de que o sacrifício dos infantes se tratava de um ritual realizado com crianças já nascidas. Tal distinção, contudo, se torna irrelevante se se parte da premissa aceita histórica e amplamente dentro da cultura de raiz judaico-cristã de que a vida humana começa desde a concepção. Podemos ver tal premissa sendo delineada nas *Sagradas Escrituras* em passagens como as do salmo 139(138),13-16, que diz, poeticamente:

> Sim! Pois tu formaste os meus rins, tu me teceste no seio materno. Eu te celebro por tanto prodígio e me maravilho com as tuas maravilhas! Conhecias até o fundo do meu ser: meus ossos não te foram escondidos quando eu era modelado, em segredo, tecido na terra mais profunda. Teus olhos viram meu embrião. No teu livro estão todos inscritos os dias que foram fixados e cada um deles nele figura (Salmo 138(138),13-16).

Também podemos ver a ideia de que a vida humana começa já na concepção nas próprias concepções de Cristo e de São João Batista, aquele sendo concebido pelo Espírito Santo, e este que se agita e se alegra ao ouvir a voz de Maria, estando ainda no ventre de Santa Isabel, conforme *Lucas* 1,41-44:

> Ora, quando Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança lhe estremeceu no ventre e Isabel ficou repleta do Espírito Santo. Com um grande grito exclamou: "Bendita és tu entre as mulheres e bendito o fruto do teu ventre! Donde me vem que a mãe do meu Senhor me visite? Pois quando tua saudação chegou aos meus ouvidos, a criança estremeceu de alegria em meu ventre" (Lc 1,41-44).

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

Não obstante a prática do aborto não seja diretamente condenada na Bíblia, temos na *Didaché* uma condenação formal ao aborto já no primeiro século, abolindo essa distinção entre o matar a criança antes ou depois do nascimento: "Não mate a criança no seio de sua mãe, nem depois que ela tenha nascido" (*Didaché*, 2,2). Esta tradição pró-vida, que pode ser mapeada já nas *Sagradas Escrituras* e já no primeiro século da Igreja, como vemos na *Didaché*, é transmitida ao longo dos séculos através da cultura cristã e do magistério eclesiástico, chegando hoje até nós.

O *Catecismo da Igreja Católica* e o *Código de direito canônico* reverberam esta visão bíblica de que a vida humana começa já na concepção, equiparando a prática do aborto com a prática do homicídio de um inocente. Vemos, no *Catecismo*, por exemplo, a defesa de que "o inalienável direito à vida de todo indivíduo humano inocente é um elemento constitutivo da vida civil e de sua legislação" (CIC 2272). E diz mais adiante:

> No momento em que uma lei positiva priva uma categoria de seres humanos da proteção que a legislação civil lhes deve dar, o Estado nega a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não coloca sua força a serviço dos direitos de todos os cidadãos, particularmente dos mais fracos, os própios fundamentos de um estado de direito estão ameaçados... Como consequência do respeito e da proteção que devem ser garantidos à criança desde o momento de sua concepção, a lei deverá prever sanções penais apropriadas para toda violação deliberada dos direitos dela (CIC 2273).[5]

E no *Código de direito canônico* temos, no cânon 1398, a afirmação de que "quem provoca aborto, seguindo-se o efeito, incorre em excomunhão *late sentitiae*", o que significa que, ao se praticar um aborto, a pessoa que o praticou é excomungada automaticamente, antes de qualquer julgamento eclesiástico formal, só podendo ser absolvida "pelo Papa, pelo bispo local ou por presbíteros autorizados por eles" (CIC 1493).[6]

---

[5] Mencione-se o fato de que o aborto também é condenado, na legislação brasileira, a partir do art. 5º, I, da Constituição, que afirma que todos possuem o inviolável direito à vida. À luz do art. 2ª do Código Civil e do art. 4º do Pacto de São José, entende-se que este direito à vida se estende também aos nascituros.

[6] A excomunhão *latae sententiae* difere, portanto, da *ferendae sententiae* por ser automática, logo que é cometido o pecado que é objeto de excomunhão.

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

É evidente, entretanto, que não se pode falar em teologia e filosofia cristãs em sentido unívoco. Os documentos e referências aqui apresentados são fundados na doutrina católica. No tocante à visão protestante sobre o tema, é possível que haja perspectivas em diferentes matizes, alguns mais concordes com o que coloca a Igreja Católica em torno do assunto, e alguns mais distantes, na medida em que não se pode entender o protestantismo como um movimento uno.

CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS

Como dissemos anteriormente, nos limitaremos, para abordar filosoficamente o tema que nos propomos, a uma visão mais panorâmica da visão cristã, tocando de modo mais específico em três pensadores: Santo Agostinho, Santo Tomás e Kant, sendo os dois primeiros certamente os dois maiores lumes da filosofia cristã. Também como já dito, nenhum destes pensadores tratam sobre questões como aborto, o que não nos impede, todavia, que possamos extrair de seus pensamentos consequências que nos auxiliem a refletir sobre tais questões, de certo modo atualizando-os.

Para entendermos perfeitamente a ideia que subjaz a valorização da vida dentro da cosmovisão cristã, e que reverberará nas questões de bioética, é preciso, antes de mais nada, compreender como a ética cristã se funda na ideia de respeito a uma hierarquia dos seres, nas quais os seres superiores devem ser mais estimados que os inferiores. Para tanto, faz-se mister, primeiro, entendermos a própria noção de hierarquia dos seres, que permeia toda a visão de mundo cristã. Uma vez compreendida a ideia de hierarquia, teremos base para compreender a noção cristã-agostiniana de que o pecado e o mal nascem de uma espécie de inversão ou subversão na ordem hierárquica das criaturas, de modo que aquelas menos perfeitas passam a ser preferidas àquelas que são mais perfeitas. Neste caso, os seres menos perfeitos deveriam ser buscados não por si mesmos, mas como meios para aqueles mais perfeitos, sendo Deus aquele que é buscado em por si mesmo em máximo nível. Kant também postula a ideia de que o ser humano possui uma dignidade absoluta, não podendo ser tratado como um meio para as demais coisas.

Ora, quando consideramos o aborto, podemos ver de algum modo esta inversão na hierarquia das criaturas, na medida em que o aborto é, geralmente, uma opção feita quando se considera as condições empíricas – e portanto, materiais – da mulher que opta por abortar inviáveis para dar à luz uma criança. Numa perspectiva cristã, o valor de uma vida humana não pode ser mensurado a partir de condições empíricas ou

materiais, quaisquer que sejam, o que seria, de algum modo, tratar a vida humana como inferior a elementos materiais, ou como simples meio. A vida deve ser considerada um fim em si mesmo, como entendia Kant. Desenvolvamos melhor a ideia de hierarquia e a ideia de pecado como inversão da ordem posta, de modo a compreendermos como o aborto se insere nesta lógica.

Atendo-nos ao primeiro ponto, a respeito da noção de hierarquia dos seres, temos que tal concepção pode ser mapeada já na *Bíblia*, onde podemos ver Deus como o Todo-Poderoso, aquele que deve ser buscado acima de todas as coisas (*vide*: *Deuteronômio* 6,5 e *Mateus* 6,33) – ou por si mesmo – e, logo abaixo dele, a corte celestial, menos perfeita do que Deus, mas mais perfeita do que o homem. Mais abaixo dela está o homem, centro da criação e imagem de Deus (*Gênesis* 1,27), e, ainda mais abaixo, os animais e seres materiais, sobre os quais o homem domina com o consentimento do Criador (*vide*: *Gênesis* 1,26-29). A ideia de hierarquia se torna dominante na teologia e na filosofia cristãs, desenvolvendo-se de modo amplo ao longo da Idade Média. Esta ideia, na verdade, é também oriunda da filosofia neoplatônica, de cujo arcabouço teórico os cristãos se apropriam.

Podemos ver isso ilustrado de modo claro na árvore porfiriana delineada na obra *Isagoge* (PORPHYRY, 1994, p. 4) de Porfírio, importante filósofo pagão neoplatônico do séc. III-IV, que propõe com tal conceito a ideia de que a realidade está estruturada em diferentes gêneros e espécies de seres, uns mais universais (e, portanto, mais abrangentes e, numa lógica neoplatônica, mais perfeitos) do que outros, os mais universais abarcando os menos universais, sendo o elemento menos universal os próprios indivíduos concretos. A influência de Porfírio sobre a filosofia cristã se fez sentir através do Beato Boécio, tradutor da *Isagoge* para o latim e autor do primeiro e do *Segundo comentário sobre Porfírio* (BOETHIUS, 1994).

Entre os importantes filósofos e teólogos cristãos podemos também encontrar a ideia de hierarquia de modo marcante em Pseudo-Dionísio Areopagita, também fortemente influenciado pelo neoplatonismo, e que postula uma "rigorosa hierarquia em que se escalona os seres por graus de perfeição, que vão descendo desde Deus até chegar às últimas criaturas" (FRAILE, 1986, p. 169), e que se divide o próprio Ser em três esferas: Deus, o mundo celeste e o mundo terrestre (FRAILE, ibidem, p. 169-173). Mesmo dentro de cada uma destas esferas pode-se notar a ideia de uma multiplicidade de seres e de hierarquia que os rege, como constatamos, por exemplo, na obra *Hierarquia celeste* (PSEUDO DIONISIO, 2002), em que Pseudo-Dionísio fala especificamente da hierarquia existente no mundo angélico, dividindo-a em três categorias, cada uma com suas subdivisões, sendo a primeira a dos serafins, querubins e

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

tronos; a segunda a das dominações, virtudes e potestades; e a terceira a dos anjos, arcanjos e principados. Através de Pseudo-Dionísio a ideia de hierarquia ganha força no mundo medieval, não apenas porque se trata de um autor que se pensava discípulo de São Paulo (Dionísio Areopagita de At 17), mas também porque seu tratado de angelologia se torna referência no assunto no âmbito da teologia católica.

Em Santo Agostinho, certamente o maior nome da patrística, podemos ver a noção de hierarquia dos seres criados em diferentes obras, como na *De natura boni*, 17, (AGOSTINHO, 2005), onde diz que "nenhuma natureza, enquanto natureza, é má. E em nenhuma natureza existe o mal, mas apenas uma diminuição no bem. Se este diminuir a ponto de desaparecer, não havendo nenhum bem, também não se conservará em nenhuma natureza"; e também no *De libero arbítrio*, onde temos a defesa de uma noção de hierarquia e a postulação do homem como dotado de uma dignidade superior a dos animais e dos demais seres da criação (Livro I, pt. II, cap. 7,16-17 e 8,18). Nesta obra, cap. 8,18, Santo Agostinho expressa a superioridade do homem por sua natureza racional:

> O que põe o homem acima dos animais, seja qual for o nome com que designemos tal faculdade, seja mente ou espírito, ou com mais propriedade um e outro indistintamente, porque encontramos esses dois vocábulos também nos Livros Sagrados – quando pois esse elemento superior domina no homem e comanda a todos os outros elementos que o constituem, ele encontra-se perfeitamente ordenado (AGOSTINHO, 1995, p. 46).

No *De civitate Dei*, XI, 16, falando sobre a hierarquia dos seres, diz o Santo Doutor:

> Entre os seres que existem, e os quais não são Deus, seu autor, aqueles que têm vida estão acima dos que não têm; aqueles que tem o poder de gerar, ou mesmo de desejar, daqueles em que faltam esta faculdade. E, entre as coisas que têm vida, as sencientes são superiores àquelas que não têm sensação, como os animais estão acima das árvores. E, entre os sencientes, os inteligentes estão acima daqueles que não têm inteligência (AUGUSTINE, 1952, p. 331).

E, ainda, no *Comentário sobre o Gênesis contra os maniqueus*, II, 29, 43, diz sobre as criaturas:

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

> E enquanto são, todas são boas, porque Deus fez todas inteiramente boas, mas ordenadas em graus distintos, de tal modo que umas são melhores que outras, e assim se completa com toda esta classe de bens este universo, o qual, tendo alguns seres perfeitos e outros menos perfeitos, é todo ele perfeito (COSTA, 2012, p. 64).

A mesma noção de diferença de graus de perfeição na ordem dos seres mapeamos na escolástica. Hugo de São Vítor, por exemplo, faz a distinção entre três tipos de seres, o eterno, que é Deus, os perpétuos e imutáveis, que são os que têm princípio, mas não fim; e os temporais, que têm princípio e fim (FRAILE, op. cit., p. 478-479). Também em Santo Tomás, representante maior da teologia e da filosofia cristãs da baixa Idade Média, percebemos a mesma ideia. O Doutor Angélico herda a noção de diferentes graus de perfeição dos seres não apenas num sentido geral (Deus – substâncias imateriais – substâncias materiais), mas também, como Pseudo-Dionísio no *Hierarquia celeste*, no interior destas esferas. A cosmologia tomista, por exemplo, "considera que os movimentos dos corpos inferiores são causados pelo movimento dos corpos celestes e que os fenômenos do mundo sublunar são regidos pelos movimentos dos astros" (GILSON, 2006, p. 448).

Podemos notar a fundamentação tomista da noção de hierarquia num sentido mais geral (Deus - substâncias imateriais – substâncias materiais) delineada e condensada no opúsculo *O ente e a essência,* cap. V, onde o Doutor Angélico descreve os diferentes graus da perfeição das criaturas a partir da proporção existente em cada ser de ato e de potência. Quanto mais de ato e menos de potência tem um ser, mais perfeito ele é e mais próximo de Deus, o puro Ser e ato puro. Assim, entre as criaturas, teríamos as inteligências separadas da matéria, em seus mais variados graus de perfeição, bem abaixo, o homem, inteligência que, por ter mais de potência, se encontra ligado à matéria, e aqueles seres que estão ainda abaixo do homem, indissociavelmente ligados à matéria. Assim fala Santo Tomás:

> Por conseguinte, existe distinção de uma inteligência para outra, segundo o grau de potência e de ato, de maneira que uma inteligência superior, que está mais próxima do primeiro princípio, tem mais de ato e menos de potência, e assim por diante nas demais. Isto se realiza na alma humana, que ocupa o último lugar entre as substâncias intelectuais, razão pela qual a sua intelecção potencial está para as formas inteligíveis do mesmo modo como a matéria primeira, que ocupa o último lugar nos seres sensíveis, está para as formas sensíveis, conforma afirma o Comentador no livro III *Sobre a Alma*. Por este

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

> motivo o Filósofo a compara com uma tábua rasa, na qual nada está escrito. E já que a alma humana é a que, dentre as substâncias intelectuais, mais tem de potência, se torna de tal maneira próxima das coisas materiais, que a coisa material é forçada a participar do seu ser, de modo tal, que da alma e do corpo resulta um só ser em um composto, se bem que aquele ser, enquanto é a alma, não dependa do corpo. Por isto, depois desta forma que é a alma humana, existem outras formas que têm ainda mais de potência e são ainda mais próximas da matéria, a tal ponto, que o ser delas é impossível sem a matéria. Também entre estas formas existe uma ordem ou hierarquia, até se chegar às primeiras formas dos elementos, que são as mais próximas da matéria (SANTO TOMÁS, 1996, p. 44-45).

O homem estaria, assim, na última posição entre o que chama de "substâncias intelectuais", mas, ainda assim, acima de todos os seres cujo ser só é possível com e através da matéria, como os animais e coisas puramente materiais. Gilson comenta a ideia de hierarquia em Santo Tomás como se segue:

> Na realidade, a criação comporta desde seu primeiro momento uma distância infinita entre Deus e as coisas; a assimilação do mundo a Deus é inevitavelmente deficiente e nenhuma criatura recebe a plenitude total da perfeição divina porque as perfeições só passam de Deus à criatura efetuando uma espécie de descida. A ordem segundo a qual essa descida se efetua é a própria lei que rege a constituição íntima do universo: todas as criaturas se dispõem segundo uma ordem hierárquica de perfeição, indo das mais perfeitas, que são os anjos, às menos perfeitas, que são os corpos, e de tal maneira que o grau mais baixo de cada espécie superior confina com o grau mais elevado de cada espécie inferior (GILSON, 2001, p. 665-666).

Poderíamos dizer, então, que o ser humano é posto, na visão medieval, num lugar intermediário quando consideramos que acima dele está Deus e os anjos, mas um lugar privilegiado quando o consideramos em relação a todas as coisas presentes no plano terrestre e material, alçando-se acima de todos os demais seres e de todo o mundo físico.

Tendo clara a ideia de hierarquia dos seres presente na cosmovisão cristã, passemos, pois, à ideia de que o pecado nasceria de uma espécie de inversão da ordem dos seres. Podemos perceber tal ideia sendo defendida, por exemplo, no debate que Santo Agostinho trava com os maniqueus. O maniqueísmo era uma seita que pregava

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

que o mal, para existir, precisaria ter sido criado não pelo Deus bom, mas por um Deus mal. Assim, o bem e o mal eram entendidos como forças criadas por dois princípios ontológicos opostos, sendo a matéria má e o espírito bom. Santo Agostinho combate a visão maniqueísta afirmando que só existe um Deus, sumamente bom, e que todas as coisas criadas são ontologicamente boas, conforme sobredito, não sendo o mal algo de real, mas relativo ou moral. O mal moral nasce na medida em que as pessoas buscam aquilo que é inferior em detrimento daquilo que é superior. Em última instância, o mal é sempre buscar as criaturas em lugar do criador. Como afirma Costa, Santo Agostinho,

> servindo-se do conceito neoplatônico de mal, como privação, defecção, ausência ou distanciamento do bem – não ser -, define o mal justamente como o distanciamento ou afastamento de Deus, por parte do homem, que, por livre vontade, escolhe direcionar todo seu amor às coisas inferiores, dentre elas a si mesmo, gerando a soberba, em detrimento do amor devido a Deus. [...] Por tudo isso, defendemos que a genuína e definitiva resposta agostiniana ao problema do mal, a saber: o único mal que podemos chamar propriamente de mal é o mal moral, cuja causa ou origem encontra-se na má vontade do homem, que, por livre escolha, resolve subverter a ordem estabelecida por Deus, amando mais os seres criados, inclusive a si próprio, do que o Criador (COSTA, op. cit., p. 37-38).

Todavia, podemos entender o mal não apenas como inversão da ordem dos seres tendo como referências apenas os dois polos da ordem – o Criador e as criaturas tomadas em conjunto e indistintamente -, mas também ver o mal moral como o resultado de uma inversão da ordem no interior da própria ordem restrita das criaturas. Assim, sugere o santo em *De natura boni* (8) que as criaturas devem estar dispostas "de maneira que as menos firmes cedam lugar às mais firmes, as mais fracas às mais fortes e as menos poderosas às mais poderosas, do mesmo modo que as terrestres obedecem às celestes, como as inferiores às superiores". A ordem hierárquica tem, portanto, um desdobramento ético, de modo que o bem está em respeitar a ordem ontológica posta das criaturas, e o mal estaria em subverter a ordem.

Nesse sentido, a vida humana, acima de todas as criaturas puramente materiais e também de todo o mundo empírico, não poderia, por uma lógica cristã-agostiniana, ser posta abaixo destes, tampouco Deus, acima de todas as criaturas, poderia ser preterido em relação às criaturas, mesmo aquelas mais elevadas. Podemos ver os desdobramentos éticos desta visão de mundo hierárquica com alguns exemplos práticos. Ninguém hesitaria em concordar que é, por exemplo, moralmente condenável atribuir mais valor a

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

objetos inanimados (como o dinheiro) do que a pessoas, ou a animais mais do que a vidas humanas etc., embora o inverso seja amplamente aceitável. Tais ações moralmente condenáveis seriam fruto de um direcionamento do arbítrio a coisas inferiores em detrimento de coisas que, na hierarquia dos seres, são superiores e mais perfeitas. Muitos crimes nascem desta inversão: o latrocínio é um caso claro. O mal moral também decorreria da atitude de valorizar o que é superior apenas como meio para se alcançar aquilo que é inferior, como ser amigo de alguém apenas pelos benefícios materiais que podem advir desta amizade etc.

A lógica de hierarquia dos seres permeia, portanto, várias esferas de nossa vida ética e política. No que diz respeito ao aborto, temos que sua criminalização se pautaria numa ótica em que a vida humana, que possui um lugar privilegiado na hierarquia dos seres, não poderia ser anulada por motivos de natureza material ou elementos empíricos. Neste sentido, poderíamos dizer que no mundo das relações humanas a vida humana deve ser encarada como possuindo um valor inegociável, sendo um fim em si mesmo.

A ideia de que o ser humano é sempre um fim em si mesmo, jamais podendo ser encarado como meio para a obtenção de quaisquer ganhos materiais – ou, que seja, para se evitar perdas materiais – pode também ser constatada em Kant em uma das formulações do Imperativo Categórico, expostas na *Fundamentação da metafísica do*s costumes, que diz: "Age 'de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca // simplesmente como meio" (KANT, 2007, p. 69). O Imperativo Categórico é um princípio objetivo e de caráter universalista, do qual emanariam todas as máximas e ações verdadeiramente morais.

Pascal, sobre esta formulação do Imperativo Categórico, comenta:

> Ora, sabemos que a boa vontade não pode agir em vista de um fim subjetivo, ou ser determinada por um móvel. Resta indagar, pois, que espécie de fim objetivo ela pode propor-se, ou que motivo pode determiná-la. Os fins subjetivos são todos relativos ao sujeito, e é por isso que não podem servir de princípios universais para a vontade; um fim objetivo deverá, pois, ter um valor universal e, consequentemente, ser um *fim em si*. Ora, não existe, na natureza, senão um fim em si: o homem. [...] As coisas nunca têm valor senão *para nós*; e os seres racionais ou pessoas, ao contrário, têm *valor absoluto*. Se nos recusássemos a tomar a pessoa humana como um fim em si, não restaria coisa alguma dotada de valor absoluto, o que impossibilitaria a existência de um imperativo categórico (PASCAL, 2011, p. 131).

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

Em Kant também teríamos, portanto, presente a ideia de que a humanidade está acima de quaisquer outros elementos do mundo empírico e material, reverberando em algum nível – embora certamente de modo discreto – a noção de hierarquia.

Kant desenvolve quatro exemplos de aplicação desta formulação do Imperativo Categórico. Pascal os descreve de modo sintético nos seguintes termos:

> o homem que se suicida trata sua própria pessoa como um meio e não como um fim em si; quem faz uma promessa enganadora serve-se de outro homem como de um meio; aquele que não cultiva os seus talentos não permite o pleno desenvolvimento da humanidade em si mesmo como fim; e quem não contribui em nada para a felicidade dos outros é contrário ao desenvolvimento da humanidade como fim em si. Em todos estes casos, pois, a ação, julgada desse segundo ponto de vista, não é moral (PASCAL, ibidem, p. 132).

O primeiro destes exemplos certamente nos é útil como base para pensarmos muitas das questões polêmicas no campo da bioética, incluindo o aborto:

> Segundo o conceito do dever necessário para consigo mesmo, o homem que anda pensando em suicidar-se perguntará a si mesmo se a sua ação pode estar de acordo com a ideia da humanidade *como fim em si mesma*. Se, para escapar a uma situação penosa, se destrói a si mesmo, serve-se ele de uma pessoa como de um *simples meio* para conservar até ao fim da vida uma situação suportável. Mas o homem não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo (KANT, op. cit., p. 69-70).

A humanidade, como indica o princípio, é um fim em si mesmo não apenas na pessoa de cada um de nós, mas também na do outro, indistintamente. Isso significa, conclui Kant, que, quer se trate da humanidade em si mesmo ou na pessoa do outro, em nenhum caso é lícito agir contra esta humanidade para se livrar de uma situação penosa, utilizando-a como meio para se colocar numa situação tolerável ou boa. Seja na própria pessoa ou na pessoa do outro, em ambos os casos a humanidade ou a vida humana, por assim dizer, seria destarte colocada apenas como simples meio para que o sujeito possa colocar-se em uma situação empiricamente (ou, o que dá no mesmo, materialmente)

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

melhor ou menos penosa. O princípio da humanidade como fim em si mesmo é, portanto, quebrado.

Se trouxermos o mesmo raciocínio para o problema do aborto, temos que a pessoa que opta por abortar está, via de regra, utilizando-se da humanidade em outra pessoa (no caso, do embrião ou do feto) como meio para colocar-se em uma situação empírica ou materialmente mais favorável, como quando uma mãe aborta porque não teria condições financeiras para cuidar da criança, ou porque teria que mudar todo o seu planejamento de vida em função da criança haveria de nascer. Abortar uma criança pelas condições de vida que ela poderia ter – se é que se pode prever com certeza que tipo de vida uma pessoa terá – também seria, em certo sentido, colocar a vida humana como subordinada a condições empíricas, o que contradiria o princípio kantiano.

Este tipo de cálculo – que poderíamos chamar de uma espécie de cálculo utilitário – é comum em situações em que a criança não é planejada, ou nasce numa família desestruturada, ou, ainda, quando é fruto de um estupro. Em todos estes casos, a vida da criança que está sendo gestada não possui um valor absoluto, incondicionado, mas que é mensurado (para mais ou para menos) a partir das condições materiais ou empíricas não apenas da mãe ou dos pais, mas de todos os envolvidos. Entretanto, mesmo as condições materiais ou empíricas da própria criança após o nascimento não legitimaria o aborto, a partir de uma perspectiva kantiana, partindo do pressuposto de que a criança que está sendo gestada já é vida humana.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outros problemas bioéticos, como, por exemplo, a eutanásia: frequentemente a eutanásia é considerada uma alternativa como forma de abreviar ou anular o sofrimento de uma pessoa em estado terminal. Isso é, naturalmente, colocar o bem-estar da pessoa acima da própria vida humana, e, portanto, colocar a vida humana não como fim em si, como dotada de valor absoluto, mas apenas relativo. O mesmo quando alguém está tendo sua vida mantida com o auxílio de aparelhos e a manutenção da vida acaba por ser deveras custosa para os familiares, emocional e financeiramente. Neste caso teríamos o valor da vida humana como mensurado a partir dos custos materiais e emocionais das pessoas próximas, isto é, condições empíricas, e, portanto, não teríamos, de igual maneira, a vida como dotada de valor absoluto, como fim em si.

CONCLUSÃO

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

Podemos, enfim, concluir que, quer analisemos a partir do ponto de vista estritamente teológico (pegando passagens bíblicas ou outros documentos da Igreja), quer analisemos a partir do ponto de vista filosófico, a visão de mundo cristã estabelece o homem como sendo portador de uma dignidade que o coloca acima de todas as demais coisas do mundo material e empírico – esta é a principal ideia por detrás da noção de hierarquia que podemos utilizar para o debate concernente ao aborto. Com esta visão hierárquica concordariam todos os pensadores cristãos supracitados: Pseudo-Dionísio, Santo Agostinho, Santo Tomás e Kant. O mal, numa visão cristã-agostiniana nasce da inversão da ordem das criaturas, colocando as inferiores acima das superiores, situação na qual poderíamos enquadrar o aborto. A mesma lógica podemos mapear no pensamento kantiano, que coloca a vida humana como possuindo um valor absoluto e inegociável, não podendo ser meio para outra coisa, como também podemos pensar no caso do aborto que é praticado para evitar situações prejudiciais. A vida humana não poderia ser aniquilada sob o pretexto de que as condições materiais ou empíricas dos pais ou de um futuro provável da própria criança são desfavoráveis, o que seria inverter a ordem natural das coisas.

Por fim, cabe dizer que a ideia de que existe uma ordem dos seres e que a ética social deve estar pautada no respeito a esta ordem é uma ideia estruturante do modo como nossa sociedade ocidental se organiza, devendo ser, portanto, respeitada. Para constatarmos como nossas instituições éticas e jurídicas estão organizadas em torno desta noção basta analisarmos a relação do homem com os demais seres na nossa sociedade, entre os quais, por exemplo, os animais. Se a ideia de hierarquia não fosse comumente sustentada em nossa sociedade, e não houvesse a aceitação geral de que não existe igualdade entre, por exemplo, homens e animais, e que o homem está num grau superior na ordem da criação, seria eticamente impensável, por exemplo, que o homem usasse animais para fins de alimentação ou para o trabalho (em fazendas, por exemplo), ou, ainda, para pesquisas científicas, como as que temos em ratos, beagles e macacos. Evidentemente, a visão de que existiria uma hierarquia de seres está, a cada dia que se passa, mais e mais sendo questionada, o que todavia não anula, mas, pelo contrário, enfatiza a importância do debate de tais questões no nível filosófico.

REFERÊNCIAS

Temas em
Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

AGOSTINHO, Santo. **A natureza do bem**. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.

_____. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

AUGUSTINE, Saint. **The city of God**. Translated by J. F. Shaw. Chicago: William Benton, 1952.

Bíblia de Jerusalém. Revista e ampliada. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.

BOETHIUS. Second commentary on Porphyry's Isagoge. *In:* SPADE, Paul Vincent. **Five texts on the mediaeval problem of universals**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1994.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1999.

Código de direito canônico.13ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

COSTA, M. R. N. **10 lições sobre Santo Agostinho**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Didaché. *In*: **Padres apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

FRAILE, Guillermo. **Historia de la filosofía II (Iº)**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1986.

GILSON, Étienne. **A filosofia na idade média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

Temas em Saúde
Volume 17, Número 4
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2017

Artigo

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Tradução de Raimundo Vier. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PAULO III. **Bula veritas ipsa.** Disponível em: < http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas_ipsa/>. Acesso em: 01/12/2017.

PORPHYRY. Isagoge. *In:* SPADE, Paul Vincent. **Five texts on the mediaeval problem of universals**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1994.

PSEUDO DIONISIO. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.

VIEIRA, Padre António. **Sermões do Padre António Vieira**. Volume VI. São Paulo: Editora Anchietana S. A., 1944.